



## Administração calamitosa

Afirmações feitas por Fernando Pimentel demonstram o desespero de um governador que está sitiado e sem condições de governar, pois passa a maior parte do tempo tentando se defender dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, pelos quais foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República. Revelam também seu desconhecimento com relação às transformações ocorridas em Minas nas gestões do PSDB e aliados, quando foram realizadas ações e obras essenciais para o desenvolvimento econômico e social do Estado. Um exemplo é a pavimentação de 5.273 quilômetros de estradas por meio do ProAcesso, que propiciou ligação por asfalto a quase todas as sedes dos municípios que não dispunham deste benefício. Outro é o Minas Comunica, que levou sinal de celular a 100% das cidades mineiras, conectando-as com o mundo. Esses são apenas dois dos diversos programas que melhoraram de forma significativa a qualidade de vida de milhões de mineiros de todas as regiões do Estado.

Ao referir-se de forma pejorativa à Cidade Administrativa, Pimentel ignora que, entre 2010 (quando foi inaugurado) e 2014, o complexo proporcionou economia média anual de R\$ 111 milhões aos cofres públicos com a racionalização de custos, além de ter propiciado condições dignas de trabalho a milhares de servidores e o desenvolvimento do Vetor Norte de BH. Lamentavelmente, o governador tenta transferir para as gestões anteriores a responsabilidade pelo retumbante fracasso do seu governo, que culminou na inédita decretação do estado de calamidade financeira. O fato é que, às vésperas de completar dois anos, sua gestão, além de não ter nada relevante para mostrar, destruiu importantes conquistas, como o equilíbrio das contas estaduais.

Ao contrário do que Pimentel afirma, as despesas do Estado cresceram R\$ 10 bilhões em 2015 e devem crescer mais R\$ 10 bilhões em 2016, em grande medida devido à ineficiência e às gastanças da gestão petista, como o aumento de cargos e os reajustes nos salários e jetons do alto escalão. O Secretário de Planejamento, Helvécio Magalhães, por exemplo, tem atualmente seis remunerações e ganha R\$ 63 mil por mês. Ironicamente, ele é o responsável pela política de atrasos e parcelamentos de salários dos servidores – uma prática que tinha sido extinta pelo governo de Aécio Neves há mais de uma década. O governo do PT também acabou com o Prêmio por Produtividade, espécie de 14º salário que era pago aos servidores ante o cumprimento de metas pré-estabelecidas. E não colocou nada no lugar para estimular a meritocracia.

Uma prova incontestável da administração calamitosa de Pimentel foi o pífio resultado alcançado pelo PT nas eleições deste ano, quando o número de prefeituras do partido em Minas caiu de 113 para 41, as quais têm juntas apenas 700 mil habitantes (3% da população). Já o PSDB, elegeu 133 prefeitos, que vão administrar cerca de 3,4 milhões de pessoas (16% da população). Tal resultado demonstra, por si só, quem de fato está “mais perto das pessoas”.